



Do ventre materno às lutas políticas: irmãos e rivais no romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis

From the maternal womb to the political struggles: brothers
and rivals in the novel *Esau and Jacob*, by Machado de Assis

Margarida Santos

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (Colaboradora Externa)

PALAVRAS-CHAVE: RIVALIDADE, RECONCILIAÇÃO, AMBIGUIDADE, AMBIÇÃO, LUTA POLÍTICA.

KEYWORDS: RIVALRY, RECONCILIATION, AMBIGUITY, AMBITION, POLITICAL FIGHT.

Isaac pediu a protecção do Senhor para a sua mulher, que era estéril. O Senhor ouviu-o e Rebeca, sua mulher, concebeu. As crianças lutavam no seu seio, e ela disse: “Se isto devia suceder, para que havia eu de conceber?” E foi consultar o Senhor, que lhe respondeu: “Duas nações estão no teu seio [...]” (Génesis 25, 21-23)

Foi neste episódio bíblico onde se relata a história dos gémeos Esaú e Jacó, que lutaram desde o ventre materno, que Machado de Assis se inspirou para a escolha do título do seu romance, cujos protagonistas são os gémeos Pedro e Paulo.

O arquétipo da luta fratricida é representado no Antigo Testamento pelo par de irmãos primordiais Caim e Abel, mas outros exemplos da conflitualidade fraterna nos dão os textos bíblicos, como José e os seus irmãos ou os gémeos Esaú e Jacó. Como explica o narrador

na “Advertência” com que se inicia a obra: “Quanto ao título, foram lembrados vários, em que o assunto se pudesse resumir. *Ab ovo*, por exemplo, apesar do latim; venceu, porém, a idéia de lhe dar estes dois nomes que o próprio Aires citou uma vez: *Esaú e Jacó*” (Assis 2008a, p. 187).

E quem é Aires? O Conselheiro Aires é um velho diplomata aposentado, em cuja secretária se acharam, após a morte, “sete cadernos manuscritos, rijamente encapados em papelão, numerados de I a VI os primeiros, que constituíam o seu *Memorial*, diário de lembranças que o conselheiro escrevia desde muitos anos” e tendo o sétimo apenas a indicação “*Último*”. Este facto e a circunstância de ele ser constituído por uma narrativa “estranha à matéria dos seis cadernos” e não ter a mesma forma de diário teriam motivado, segundo o autor-narrador, a decisão da sua publicação em separado.

O Conselheiro é-nos apresentado com um duplo estatuto: por um lado, na sua qualidade de responsável pela narrativa, constitui um co-narrador que o autor-narrador Machado de Assis explicitamente distingue de si próprio: “Se Aires obedecesse ao seu gosto, e eu a ele, nem ele continuaria a andar, nem eu começaria este capítulo; ficaríamos no outro sem nunca mais acabá-lo” (Assis, 2008a, p. 253). Mas por outro lado, Aires constitui também, além de co-narrador, uma personagem de pleno direito, física e psicologicamente caracterizada e participante na ação, e é fácil supor que o autor tenha criado esta personagem, que assume jeitos de filósofo, para exprimir as suas próprias ideias e reflexões. Eis como nos é apresentado o diplomata:

Esse Aires que aí aparece conserva ainda agora algumas das virtudes daquele tempo, e quase nenhum vício. Não atribuas tal estado a qualquer propósito. Nem creias que vai nisto um pouco de homenagem à modéstia da pessoa. Não, senhor, é verdade pura e natural efeito. Apesar dos quarenta anos, ou quarenta e dois, e talvez por isso mesmo, era um belo tipo de homem. Diplomata de carreira, chegara dias antes do Pacífico, com uma licença de seis meses.

Não me demoro em descrevê-lo. Imagina só que trazia o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala branda e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto ouvi-lo e vê-lo. Talvez a pele da cara rapada estivesse prestes a mostrar os primeiros sinais do tempo. Ainda assim o bigode, que era moço na cor e no apuro com que acabava em ponta fina e rija, daria um ar de frescura ao rosto, quando o meio século chegasse. O mesmo faria o cabelo, vagamente grisalho, apartado ao centro. No alto da cabeça havia um início de calva. Na botoeira uma flor eterna. (Assis, 2008a, p. 211)

Considerado o introdutor do Realismo no Brasil, Machado de Assis, não só em artigos de crítica que publicou em diversos jornais como em alusões, muitas vezes irônicas, na sua obra de ficção, manifestou uma atitude fortemente reprovadora de algumas tendências levadas ao exagero da escola realista-naturalista, ao mesmo tempo que repudiava certos aspectos da visão do mundo transmitida pelo Romantismo no que esta escola falseava da representação da realidade.

A este respeito, e a propósito da crítica de Machado de Assis à primeira versão de *O Crime do Padre Amaro*, refere Alberto Machado da Rosa, na obra *Eça, Discípulo de Machado?*:

Machado não tomava, pelo menos na aparência, uma atitude sectariamente hostil ao Realismo. Condenava-lhe a rudeza dos processos, sobretudo na exploração do erótico; castigava a falsidade da sua proclamada “vocação social e apostólica”, em que não via qualquer tese ou ensinamento moral; e defendia a opinião de que havia tanta verdade no romantismo convencional e nos seus “estafados retratos” como nas pinturas inconsequentes e abusivas do naturalismo. Formulava esta tese com desuado espírito pragmático e exactidão lapidar: “sair de um excesso para cair em outro não é regenerar nada, é trocar o agente da corrupção”. O novo agente, “a exactidão do inventário”, era muito mais corrosivo, moralmente, que a imaginação romântica. Ao ler o *Primo*, “a castidade inadvertida ... chegará à última página, sem fechá-lo, e tornará atrás para reler outras”. No entanto Machado reconhecia de passagem que o realismo oferecia elementos aproveitáveis para a imaginação e para a arte. (Rosa, 1964, pp. 231-232)

O artigo de crítica que suscitou a Alberto Machado da Rosa o comentário acima reproduzido foi publicado no âmbito da colaboração que, em 1878, Machado de Assis mantinha no jornal carioca *O Cruzeiro* sob o pseudónimo de Eleazar. Data, pois, da fase anterior à publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado inicialmente, em folhetim, em 1880, e considerado o marco do início da sua fase realista.

Nessa crítica, Machado de Assis explicita a sua posição sobre as funções da arte, em particular da literatura, e sobre os critérios a que esta deverá subordinar-se, de entre os quais salienta a verdade moral e a verosimilhança:

[...] o padre Amaro vive numa cidade de província no meio de mulheres, ao lado de outros que do sacerdócio só têm a batina e as propinas; vê-os concupiscentes e maritalmente estabelecidos, sem perderem um só átomo de influência e consideração. Sendo assim, não se compreende o terror do padre Amaro no dia em que do seu erro lhe nasce um filho, e muito menos se compreende que o mate. Das duas forças que lutam na alma do padre Amaro, uma é real e efetiva – o sentimento

da paternidade; a outra é quimérica e impossível – o terror da opinião, que ele tem visto tolerante e cúmplice no desvio dos seus confrades; e não obstante, é esta a força que triunfa. Haverá aí alguma verdade moral? (Assis, 2008b, p. 127)

Uma outra exigência a que, na sua opinião, uma obra deve obedecer para granjear a adesão do leitor é a de desvendar um dilema moral e, a propósito do paralelismo estabelecido por alguns críticos entre a Luísa de *O Primo Basílio* e a Eugénie Grandet da obra homónima de Balzac, comenta:

Na Eugénia, há uma personalidade acentuada, uma figura moral, que por isso mesmo nos interessa e prende; a Luísa – força é dizê-lo – a Luísa é um carácter negativo, e no meio da ação ideada pelo autor é antes um títere do que uma pessoa moral.

Repito, é um títere; não quero dizer que não tenha nervos e músculos; não tem mesmo outra coisa; não lhe peçam paixões nem remorsos; menos ainda consciência. (Assis, 2008b, pp. 129-130)

E mais adiante:

Para que Luísa me atraia e me prenda, é preciso que as tribulações que a afligem venham dela mesma; seja uma rebelde ou uma arrependida; tenha remorsos ou imprecações; mas, por Deus! dê-me a sua pessoa moral. [...] Já nenhum [vínculo moral com o leitor] há, quando Luísa adocece e morre. Por quê? Porque sabemos que a catástrofe é o resultado de uma circunstância fortuita, e nada mais; e conseqüentemente por esta razão capital: Luísa não tem remorsos, tem medo. (Assis, 2008b, p. 133)

Um outro princípio que merece grande ênfase por parte do autor de *Esau e Jacó* é o da contenção nas descrições. É esse princípio que o leva a condenar na obra de Eça o excesso de pormenorização, sobretudo a crueza das cenas de erotismo e o devassar sem pudor das realidades íntimas, que lhe suscitam mesmo a qualificação de ignóbeis e torpes:

Não se conhecia no nosso idioma aquela reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas e ignóbeis. Pela primeira vez, aparecia um livro em que o escuso e o – digamos o próprio termo, pois tratamos de repelir a doutrina, não o talento, e menos o homem –, em que o escuso e o torpe eram tratados com um carinho minucioso e relacionados com uma exaçoção de inventário. A gente de gosto leu com prazer alguns quadros, [...] a maioria, porém, atirou-se ao inventário [...] Porque

a nova poética é isto, e só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha. (Assis, 2008b, pp. 127-128)

A ironia desta última afirmação, além de uma crítica explícita àquilo que designa por por “exação de inventário” que caracteriza certas páginas realistas, esconde uma insinuação: por vezes, certos escritores realistas não sabem distinguir o essencial do acessório e aplicam uma mesma receita a realidades substancialmente muito diferentes. Através da utilização, com igual estatuto, da alegoria do lenço de cambraia (metáfora que remete para uma realidade requintada) e do esfregão de cozinha (que remete para o trivial e o rasteiro), o autor obtém um efeito de cômico com a passagem abrupta do eufórico para o disfórico. Este artifício é retomado numa passagem de *Esau e Jacó* em que o narrador salienta a sensação de impotência com que se debate quem se preocupe em desvendar sentimentos impossíveis de definir, por confronto com quem é dominado pela exclusiva e obsessiva preocupação com o detalhe. E, no intuito de transmitir a frustração que sente por lhe faltarem as palavras adequadas para exprimir o sentimento “indefinível” que habita Flora, a jovem em quem se concentram os afetos de Pedro e de Paulo, quando esta pretende perscrutar o íntimo de cada um deles, o narrador tem um desabafo com o leitor:

Indefinível, não esqueças. E escabroso porque nada há pior que falar de sensações sem nome. Crede-me, amigo meu, e tu, não menos amiga minha, crede-me que eu preferia contar as rendas do roupão da moça, os cabelos apanhados atrás, os fios do tapete, as tábuas do teto e por fim os estalinhos da lamparina que vai morrendo [...] Seria enfadonho mas entendia-se. (Assis, 2008a, p. 320)

O movimento realista insere-se na mudança de mentalidades que ocorreu no séc. XIX, para a qual contribuíram a filosofia positivista de Auguste Comte, Herbert Spencer e os seus trabalhos de psicologia e de sociologia sobre a evolução das sociedades a caminho de um equilíbrio entre o indivíduo e o meio; o desenvolvimento científico, nomeadamente em áreas como a física, a química e a fisiologia; os estudos sobre fisionomia e a publicação de *A Origem das Espécies* de Charles Darwin, em 1859.

No campo económico-social fizeram-se sentir a influência do Manifesto Comunista de Marx e Engels, de 1848, e as profundas mudanças na ordem social, nos anos 70, com o início da Segunda Revolução Industrial e o crescimento de uma nova classe proletária que, no Brasil, se viu acrescida pela migração dos que trabalhavam nas roças de café e se transferiram para as fábricas; além de que, decretada a abolição da escravatura, em 1888, os libertos vão engrossar a massa de trabalhadores com condições de vida precárias.

Tão grandes transformações sociais não poderiam deixar de ter um impacto nas artes e de atrair para a realidade que então se vivia os olhares que andavam distraídos com a sociedade idealizada pelo Romantismo. Júlio Lourenço Pinto, que entende Naturalismo em sentido amplo, não o distinguindo explicitamente do Realismo, afirma em *Estética Naturalista, estudos críticos*:

Filosofia, ciência, letras e arte transformam-se com este irresistível impulso do século para a natureza e para a realidade, e neste grande movimento de renovação mental, que procura acentuar um progresso, letras e arte não são o factor mais desvalioso: em mais de uma fase de decadência e obscurantismo na vida da humanidade a história proclama que é das letras que a espaços bruxuleou alguma luz. Forcejemos, pois, por recaldear o aço desta poderosa arma de combate e ao mesmo tempo instrumento de civilização. (Pinto, 1996, p. 19)

E, mais adiante:

O romance moderno, sendo a síntese de uma experimentação no mundo moral, para se mover com segurança no microcosmo complicado das paixões humanas, deve guiar-se pelo facho da moderna fisiologia, que tanto tem esclarecido os fenómenos da actividade mental e emotiva. [...] A arte, a grande arte, repudia tudo o que é efémero, insignificante, banal. Certamente uma das características do realismo é rebuscar os seus materiais nos fenómenos da vida comum; é justamente dar o devido apreço a esta fonte de inspiração tão desdenhada pelos idealistas românticos; é explorar este opulento veio de elementos criadores, condenado como indigno da arte nos desvairamentos de uma errada concepção do ideal artístico. (Pinto, 1996, pp. 39-40)

Mas *Esaú e Jacó*, publicado em 1904, inscreve-se numa fase em que o Realismo já se encontra em declínio, tendo cedido o passo ao Simbolismo, com o retomar de algumas características do passado romântico ao assumir uma postura mais individualista e de aprofundamento psicológico, maior relevo atribuído à espiritualidade e à metafísica, concomitantemente com menores preocupações de carácter humanitário e de combate às injustiças sociais.

Este alheamento em relação às condições de vida da grande massa anónima dos desprotegidos da sociedade assume expressão, por exemplo, no episódio em que Natividade e o marido, os pais dos gémeos, se deslocam de *coupé* à missa de sufrágio por um parente pobre, João de Melo, numa igreja dos subúrbios:

A gente local não falou de outra coisa naquele e nos dias seguintes. Sacristão e vizinhos relembra-vam o *coupé*, com orgulho. Era a missa do *coupé*. As outras missas vieram vindo, todas a pé, algumas de sapato roto, não raras descalças, capinhas velhas, morins estragados, missas de chita, ao domingo, missas de tamancos. Tudo voltou ao costume, mas a missa do *coupé* viveu na memória por muitos meses. Afinal não se falou mais dela; esqueceu como um baile. (Assis, 2008a, p. 198)

É flagrante a atitude elitista do narrador que subtrai ao olhar do leitor (e ao seu próprio?) as pessoas de carne e osso e só descortina um conjunto de roupas e sapatos velhos, como se a realidade o incomodasse. Chocante frieza é a que igualmente revela Natividade quando, ao regressar da missa, sua irmã Perpétua lhe pergunta se havia muita gente, e ela replica com desdém: “Não, ninguém; pulgas” (Assis, 2008a, p. 202).

O olhar sobre a paisagem humana circundante, do alto do sentimento da sua superioridade social, repete-se, por exemplo, no relato que Pedro e Paulo fazem à mãe do passeio que deram no carrinho do pai, ou seja, sem se misturarem com a outra “gente”: “Contaram à mãe o passeio, a gente da rua, as outras crianças que olhavam para eles com inveja, uma que metia o dedo na boca, outra no nariz, e as moças que estavam às janelas, algumas que os acharam bonitos” (Assis, 2008a, p. 220).

A mesma atitude de prepotência com que são tratadas as pessoas das classes mais baixas manifesta-se nesse capítulo, que tem por título “De como iam crescendo”, a propósito de outra situação protagonizada pelos dois irmãos:

Alguma vez quiseram trepar às árvores, mas a mãe não consentia; [...] e, como ambos acabavam por comer a fruta das árvores, era um moleque que a ia buscar acima, fosse a cascudo de um ou com promessa de outro. A promessa não se cumpria nunca; o cascudo, por ser antecipado, cumpria-se sempre, e às vezes com repetição depois do serviço. (Assis, 2008a, pp. 219-220)

Poderá objetar-se que se trata, aqui, de crianças e que mesmo entre irmãos as lutas eram frequentes, mas a verdade é que, tendo em apreço a generalidade da obra, Machado de Assis não se livrou da acusação de ambiguidade nas suas tomadas de posição políticas e de se esquivar a tomar partido naqueles tempos conturbados da vida brasileira. E, com efeito, o narrador adota em mais de uma ocasião a atitude distanciada de um espectador que ora se limita a expor os factos, deixando ao leitor a incumbência de extrair as suas próprias ilações, ora atribui certas posições críticas a uma ou outra personagem, nomeadamente sob a forma de monólogo interior. O exemplo de um tal posicionamento de simples observador que não toma partido é flagrante no episódio que tem, ironicamente, como protagonista ... um burro!

Foi o caso que uma carroça estava parada, ao pé da Travessa de São Francisco, sem deixar passar um carro, e o carroceiro dava muita pancada no burro da carroça. Vulgar embora, este espetáculo fez parar o nosso Aires, não menos condoído do asno que do homem. A força despendida por este era grande, porque o asno ruminava se devia ou não sair do lugar; mas, não obstante esta superioridade, apanhava que era o Diabo. [...] finalmente o burro preferiu a marcha à pancada, tirou a carroça do lugar e foi andando. Nos olhos redondos do animal viu Aires uma expressão profunda de ironia e paciência. Pareceu-lhe o gesto largo de espírito invencível. Depois leu neles este monólogo: “Anda, patrão, atulha a carroça de carga para ganhar o capim de que me alimentas. Vive de pé no chão para comprar as minhas ferraduras. Nem por isso me impedirás que te chame um nome feio, mas eu não te chamo nada; ficas sendo sempre o meu querido patrão. Enquanto te esfalfas em ganhar a vida, eu vou pensando que o teu domínio não vale muito, uma vez que não me tiras a liberdade de teimar...” (Assis, 2008a, pp. 253-254)

Mas, do mesmo modo que neste caso existe uma crítica sub-reptícia sob o artifício que consiste em “dar a palavra” a um burro, muito frequentemente a crítica está lá, mascarada sob diversas formas, para que o leitor a leia nas entrelinhas.

Aliás não é raro que o autor forneça logo de seguida uma chave para a decifração, como faz aqui ao revelar que o monólogo do burro tinha sido uma divagação de Aires, o seu *alter ego*.

Será indiferente à posição cautelosa de mero espectador dos acontecimentos que relata o facto de Machado de Assis, ele mesmo de origem humilde, ter subido na vida, chegando a desempenhar cargos de alguma importância na Administração Pública? Ou será isso a marca de uma das facetas da sua escrita, aquela que o filia no Realismo, escola que tinha como princípio a descrição objetiva da realidade? A verdade é que ele não se exime a manifestar, através das suas personagens, a pouca credibilidade que lhe merecem os políticos: “Machado de Assis, em seu conto «Teoria do medalhão», de 1882, imagina os bons conselhos que um pai daria a seu filho, sobre as vicissitudes da política: «Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma ideia especial a esses vocábulos...»”(Assis *apud* Schwarcz e Starling, 2015, p. 286).

O autor-narrador de *Esau e Jacó* afirma reiteradamente cingir-se aos factos contidos no “último caderno” do Conselheiro Aires em declarações como a seguinte, dirigida a um leitor virtual: “mas eu, amigo, eu sei como as coisas se passaram, e refiro-as tais quais. Quando muito explico-as” (Assis, 2008a, p. 200).

Jean M. Carvalho França, na sua obra *Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*, chama a atenção para este recurso “profundamente retórico” muito utilizado pelos escritores brasileiros da época para obter um efeito de autenticidade e que “foi o de procurar esvaziar, ou melhor, abrandar o carácter ficcional da obra atribuindo-lhe o estatuto de uma história verídica narrada por um participante da trama; aquele que assinava o livro não passava de alguém com a responsabilidade de tornar público o que lhe foi confiado ou caiu em mãos” (França, 1999, p. 178).

No caso de *Esau e Jacó*, o suporte para a ficção reside no achado dos cadernos de Aires e, no intuito de conferir credibilidade à sua pretensa condição de transmissor rigoroso de um relato alheio, o narrador explicita como mera suposição da sua parte o colmatar de hipotéticas lacunas do manuscrito ou enuncia como conjeturas suas o rumo que tomarão os acontecimentos. Mas tal não impede que, por vezes, deixe vir ao de cima o narrador onisciente que “sabe” o que se passa no íntimo das personagens, como quando comenta, a propósito da missa do *coupé*: “Se a alma de João de Melo os visse de cima, alegrar-se-ia do apuro em que eles foram rezar por um pobre escrivão. Não sou eu que o digo; Santos é que o pensou” (Assis, 2008a, p. 200).

O romance desenvolve-se, pois, em dois planos: o da narrativa que se apresenta como mimésis da realidade e o de uma metanarrativa que tanto se consubstancia em divagações filosóficas e comentários do narrador, ou por este delegadas na figura de Aires, como em interpelações a um leitor virtual: “tu”, “o leitor”, “a leitora”, “amigo”, “amiga” e, até, “querida”. Por vezes toma uma postura cúmplice, como é o caso ao referir-se a uma das personagens como “a nossa amiga”; ou, pelo contrário, lança desafios ou provocações, como na invetiva que contém implícita uma crítica ao comportamento feminino: “O que a senhora deseja, amiga minha, é chegar já ao capítulo do amor ou dos amores, que é o seu interesse particular nos livros” (Assis, 2008a, p. 233).

A sintaxe narrativa da obra caracteriza-se por uma marcada descontinuidade, pois o curso normal dos acontecimentos é constantemente interrompido, não apenas através das já referidas intromissões de cariz irónico e lúdico com que o autor desafia os leitores ao nível da metanarrativa, como também pela fragmentação das sequências de tal modo que as informações de todo o tipo são veiculadas interpoladamente: cruzam-se os factos e as descrições, os retratos fisionómicos, os diálogos, os pensamentos próprios, aqueles atribuídos às personagens, com o recurso estilístico a constantes aforismos, metáforas, imagens, personificações e hipérboles.

Uma das técnicas empregadas para criar expectativa no leitor consiste na introdução de personagens sem indicar de imediato o nome, e deixando para mais tarde a revelação gra-

dual de quem se trata e do seu papel no desenrolar da ação. Os próprios perfis fisionómicos ou psicológicos são desvendados de modo descontínuo e, por vezes, através da imagem refletida em espelho por outra personagem, como acontece entre Flora e o ex-diplomata.

Outro procedimento utilizado consiste na inclusão de encaixes com episódios ou personagens alheios à economia da narrativa nuclear, na qual não desempenham qualquer função estrutural e são também apresentados interpoladamente: justificam-se pelo facto de serem representativos de certos tipos sociais ou de servirem para caracterizar ambientes ou situações.

É o caso de Custódio, proprietário da *Confeitaria do Império*. Surge pela primeira vez numa referência breve de Aires que, de regresso após a longa ausência devida às suas funções diplomáticas, em conversa com a sua irmã Rita, lhe comunica que pretende instalar-se no Catete, e lhe transmite as impressões colhidas no seu reencontro com o bairro: “Há ali coisas petrificadas e pessoas imortais, como aquele Custódio da confeitaria, lembra-se?” E ela: “Lembra-me, a *Confeitaria do Império*”. E mais nada ficamos a saber sobre Custódio salvo que fundou a confeitaria há quarenta anos e que está muito bem conservado para a idade (Assis, 2008a, p. 240). Um vinte e tal páginas à frente, lá reaparece o Custódio, no capítulo intitulado “Tabuleta Velha”, acertando o preço da reparação da dita tabuleta e lamentando-se de quanto irá custar-lhe a pintura. Passam-se outras tantas páginas e no capítulo intitulado “Pare no D” aí está o nosso bom Custódio em grande aflição: tendo sido surpreendido pela implantação da República, que entretanto ocorrera, vê-se perante o dilema de manter a palavra “Império” na tabuleta, arriscando-se a que o estabelecimento sofra retaliação da parte de alguns republicanos; mas também receia que, substituindo “Império” por “República”, possa vir a sofrer represálias de monárquicos, caso sobrevenha uma contra-revolução.

Para além de retratar um certo tipo de pessoas que se deixam paralisar devido ao seu carácter irresoluto e temeroso, o episódio é sugestivo ainda de uma ideia de incerteza e instabilidade no ambiente que se vivia na sociedade da época no Rio de Janeiro, e para o qual não deixavam de contribuir os inúmeros boatos falsos que então corriam.

E é legítimo supor que, através deste episódio, o autor ironiza, mais uma vez, sobre a hierarquização distorcida da importância relativa dos problemas.

No clima geral do romance chama a atenção o ceticismo, a ambiguidade, a incerteza em relação aos factos, às intenções e aos sentimentos, que contribuem para um marcado cariz psicologista: são dissecados, muitas vezes com implacável humor, as facetas da personalidade e o comportamento das personagens, que o autor pretendeu representativas

da alta ou média burguesias da sociedade brasileira sua contemporânea ou que a essas classes ambicionam aceder.

Ambição, pusilanimidade, falta de coragem para defender convicções, preocupação em evitar dar opiniões, por cobardia ou por aversão a conflitos, calculismo e mudanças de opinião ao sabor das conveniências constituem os alvos eleitos da crítica machadiana, ilustrados, às vezes sem indulgência, por certas personagens do romance, ao mesmo tempo que salta à vista a simpatia e complacência do olhar do autor para com os defeitos de outras, como Aires, Flora e Natividade.

E quanto aos gémeos? – cabe perguntar. Afigura-se que o narrador se mostra neutro nas suas inclinações, sem tomar partido por nenhum deles, quer quanto às respetivas personalidades – um mais agressivo, o outro mais dissimulado – quer quanto às respetivas opções políticas, o que estaria de acordo com a sua já referida neutralidade na vida real.

O caso mais manifesto de personalidade esquiva é o do Conselheiro Aires que, tendo sido diplomata, adquiriu, como ele mesmo admite no seu íntimo e sem mostrar arrependimento, muitos dos vícios do cargo, tais como a dissimulação e a mentira: “Inventara tanta coisa no serviço diplomático [...]” (Assis, 2008a, p. 254).

É o narrador quem posteriormente assume, a propósito dos esforços de Flora para conciliar os dois irmãos contrapondo às queixas de cada um deles desculpas benévolas para o outro, o encargo de encontrar justificações para obter a indulgência do leitor face à falta de frontalidade de Aires:

Ora, o costume de Aires era o oposto dessa contradição benigna. Hás de lembrar-te que ele usava sempre concordar com o interlocutor, não por desdém da pessoa, mas para não dissentir nem brigar. Tinha observado que as convicções, quando contrariadas, descompõem o rosto à gente, e não queria ver a cara dos outros assim, nem dar à sua um aspeto abominável. Se lucrasse alguma coisa, vá; mas, não lucrado nada, preferia ficar em paz com Deus e os homens. Daí o arranjo de gestos e frases afirmativas que deixavam os partidos quietos e mais quieto a si mesmo. (Assis, 2008a, p. 325)

É sobre as personagens Batista e D. Cláudia – a “gente Batista” – pais de Flora, que recaem talvez as mais ferinas críticas de Machado de Assis. Não só demonstram não possuir qualquer ideal nem sombra de elevação moral como incarnam uma ambição política sem pejo nem ética.

Ele é um ser fraco, um indivíduo subserviente, que se presta a tudo para agradar aos superiores. Ao ser exonerado “a seu pedido” do cargo que exercia, comenta: “Não sei o

que é que ele queria que eu fizesse mais, dizia Batista falando do ministro. Cerquei igrejas; nenhum amigo pediu polícia que eu não mandasse; processei talvez umas vinte pessoas, outras foram para a cadeia sem processo. Havia de enforçar gente? Ainda assim houve duas mortes no Ribeirão das Moças” (Assis, 2008a, p. 236).

Batista sente muito a falta da atividade política: “Nele a política era menos uma opinião que uma sarna; precisava coçar-se a miúdo e com força”, comenta o narrador, e embora a sua personalidade indolente e passiva o retraia quanto a promover diligências para se fazer lembrado, mesmo renitente acaba por se deixar convencer pela mulher a mudar de cor política para obter um lugar no partido vencedor.

D. Cláudia é o oposto do marido. Fútil, expansiva e extrovertida: “Quando beijava ou mirava as amigas era como se as quisesse comer vivas, comer de amor, não de ódio”. (Assis, 2008a, p. 237). Combativa, excita-a a luta, e é com volúpia que acompanha nos jornais as vergastadas da oposição ao marido. Ambiciosa e determinada, instiga o marido e acaba por convencê-lo a desertar das hostes conservadoras para apoiar o partido liberal no poder e obter um lugar na governação.

Quanto a Santos, pai dos gémeos, de baixa condição de nascimento e que por vezes ainda deixa escapar vestígios das suas origens, subiu na vida à custa de muita gente e tornou-se um próspero banqueiro. Tem a ambição de chegar mais ainda alto, desejo que vem ao de cima quando passa no Palácio Nova Friburgo, onde sonha um dia vir a instalar-se:

Ao passar pelo Palácio Nova Friburgo, levantou os olhos para ele com o desejo do costume, uma cobiça de possuí-lo, sem prever os altos destinos que o palácio viria a ter na República; mas quem então previa nada? Quem prevê coisa nenhuma? Para Santos a questão era só possuí-lo, dar ali grandes festas únicas, celebradas nas gazetas, narradas na cidade entre amigos e inimigos, cheios de admiração, de rancor ou de inveja. (Assis, 2008a, p. 207)

Acalenta outra ambição que diligencia, em segredo, vir a obter: o de ser agraciado com um título de nobreza. Consegue-o, pois recebe o baronato.

Natividade, sua mulher, é dotada de uma grande beleza e a maternidade suscita nela sentimentos ambíguos, pois teme a deformação do seu corpo esbelto. Mas esse receio é ultrapassado e torna-se uma mãe extremosa. Nela existe, tal como nele, o desejo de ascender à aristocracia e é com alvoroço que recebe a notícia do baronato que o marido lhe oferece como presente de anos. Ao ler numa das “folhas do dia” a notícia que o marido guardara em segredo para lhe fazer surpresa, levanta para ele a cabeça, e ele para ela, e “caíram nos braços um do outro, como dois namorados desesperados de amor”. Santos diz aos filhos:

Venham beijar a mão da senhora Baronesa de Santos. Não entenderam logo. Natividade não sabia que fizesse; dava as mãos aos filhos, ao marido, e tornava ao jornal para ler e reler que no despacho imperial da véspera o Sr. Agostinho José dos Santos fora agraciado com o título de Barão de Santos. Compreendeu tudo. O presente do dia era aquele; o ourives desta vez foi o imperador. (Assis, 2008a, p. 224)

Natividade constitui uma das personagens mais marcantes da narrativa pois nela Machado de Assis investe como a representante das suas concepções morais sobre as mulheres e a estabilidade familiar: sendo a família um elemento estruturante da sociedade, o adultério feminino, tema recorrente em muita da literatura do tempo, constitui uma ameaça séria a essa estabilidade. Daí que ele valorize com grande insistência a fidelidade e o recato femininos.

Devido à sua beleza, a mãe dos gémeos atrai facilmente a admiração e os amores masculinos e, ao longo da obra, o autor-narrador insiste no aspeto da atitude de recusa por parte dela em ceder à tentação de se envolver numa relação amorosa. Um dos admiradores tinha sido João de Melo, o parente pobre da “missa do *coupé*”: “João de Melo ficou alucinado quando a viu; ela conheceu isso, e portou-se bem. Não lhe fechou o rosto, é verdade, e era mais bela assim que zangada; também não lhe fechou os olhos, que eram negros e cálidos. Só lhe fechou o coração” (Assis, 2008a, p. 199).

Tendo igualmente intuído os sentimentos de atração de Aires, Natividade não se lhes rende, tratando-o sempre apenas como amigo devotado e conselheiro avisado, pedindo-lhe até ajuda nos problemas entre os filhos, quer quanto aos conflitos que os opunham, quer na rivalidade em relação a Flora.

O narrador não deixa, contudo, de insinuar que alguma ponta de ciúme haverá por trás da posição desfavorável que manifesta relativamente a um possível casamento de Perpétua com o ex-diplomata.

Eis como o autor enaltece a atitude firme de Natividade ao ignorar a admiração de que é alvo, à qual no íntimo e bem humanamente não fica insensível:

Mas há ainda uma terceira causa que dava a esta senhora o sentimento da cor azul [...] Era a isenção, era o ter atravessado a vida intacta e pura. O Cabo das Tormentas converteu-se em Cabo da Boa Esperança, e ela venceu a primeira e a segunda mocidade, sem que os ventos lhe derribassem a nau, nem as ondas a engolissem. Não negaria que alguma lufada mais rija pudera levar-lhe a vela do traquete, como no caso de João de Melo, ou ainda pior, no de Aires, mas foram bocejos de Adamastor. (Assis, 2008a, p. 223)

E mais à frente reforça a ideia, a propósito da posição política de Paulo que, numa carta cheia de ternura, lhe afirma que seria capaz de lhe sacrificar tudo, “inclusive a vida e até a honra; as opiniões é que não”: “Natividade não acabava de entender os sentimentos do filho, ela que sacrificara as opiniões aos princípios, como no caso de Aires, e continuou a viver sem mácula” (Assis, 2008a, p. 247).

Note-se aqui como, mais uma vez, a frase esconde uma segunda intenção, neste caso a de denunciar que a obsessão pela política é, nos políticos, a tal ponto avassaladora que estes são capazes de lhe sacrificar, até, os mais altos valores mas não prescindem das suas opiniões.

A escolha dos nomes de Pedro e Paulo, os apóstolos que se defrontaram em vida mas que, após a morte, a Igreja irmanou, forneceu pretexto para o autor referir o papel relevante das diversas expressões que a espiritualidade assume na sociedade brasileira. Foi uma inspiração súbita de Perpétua, a tia materna que, um dia na missa, ao recitar o Credo e ao invocar “os santos apóstolos São Pedro e São Paulo”, sentiu “uma coisa no coração”, que determinou a escolha dos nomes (Assis, 2008a, p. 205).

Como a Rebeca do Génesis, Natividade, a mãe dos gémeos, sente-se ansiosa a respeito do futuro dos filhos e, com o desejo de saber o que vida lhes reserva, vai consultar a cabocla do Castelo, a mulher que adivinhava tudo. Esta revela-lhe terem os gémeos lutado desde o ventre, mas prediz para eles grandes coisas futuras. A consulta reveste-se de secretismo pois, embora não se ignorasse que figuras de relevo da sociedade recorriam à vidente, isso constituía uma prática que não era assumida abertamente (Assis, 2008a, pp. 193-194).

Por seu lado, Agostinho Santos, o pai, decide consultar Plácido, um mestre espírita, a propósito das previsões da cabocla, que apelida de credices. E não só entra em euforia com a ideia de que as almas dos dois apóstolos possam ter transmigrado para os filhos, como se apressa a fazer especulações de numerologia baseadas no facto de a passagem da Epístola de São Paulo aos *Cálatas* referir o encontro dos dois apóstolos no capítulo II, versículo 11, e de onze se compor de dois números iguais, 1 e 1, logo ser um número gémeo, além de o capítulo ser o segundo, ou seja, dois, tudo apontando para os gémeos (Assis, 2008a, p. 216).

A vida dos dois irmãos decorre entre desentendimentos e reconciliações, quer na área dos afetos, quando ambos rivalizam nas tentativas de captar para si o apoio da mãe e, mais tarde, o amor de Flora, quer no campo da política, onde os aguarda uma posição proeminente, como previra a cabocla, mas situando-se em campos opostos: Pedro torna-se monárquico e Paulo republicano.

À semelhança dos gémeos, também o Brasil “nasceu” como país independente no século XIX, em tempos em que se assistiu a grandes e variados acontecimentos: chegada da corte portuguesa em fuga das tropas invasoras francesas e seu posterior regresso a Portugal, ficando D. Pedro como príncipe regente; recusa deste em aceitar igual regresso; proclamação da independência e sua coroação como imperador do Brasil, com o nome de D. Pedro I; abolição da escravatura; fundação do Partido Republicano e proclamação da República brasileira; expulsão de D. Pedro II, filho do anterior.

Mas de permeio com estes grandes acontecimentos, o Brasil foi igualmente palco de múltiplas agitações e confrontos, que opuseram brasileiros a portugueses, como no caso das lutas dos autonomistas contra as tropas portuguesas, ou os distúrbios antilusitanos no Rio de Janeiro; outros, que opuseram brasileiros a brasileiros, com perseguições políticas a adversários: a revolta republicana e separatista no Nordeste, rebeliões populares em vários Estados, e a revolta dos colonos imigrantes em São Paulo.

O próprio narrador de *Esau e Jacó* alude aos “sucessos de tempo, entre os quais avultavam a rebelião da esquadra e os combates do Sul, a fuzilaria contra a cidade, os discursos inflamados, prisões, músicas e outros rumores” (Assis, 2008a, p. 360). A Guerra do Paraguai, que vitimou muitos brasileiros, é igualmente referida no romance, ao ser sugerida a hipótese de Aires, já então viúvo, vir a casar com Perpétua, que também tinha enviuvado por o marido ter perdido a vida nessa guerra. Contudo, entre os principais acontecimentos em que se insere a ação, tiveram um especial impacto as lutas entre liberais e absolutistas e entre monárquicos e republicanos.

A narrativa nuclear, que tem como principais protagonistas os gémeos, surge povoada de muitos e variados confrontos, e apresenta-se como uma alegoria da agitada vida política de então, tendo as disputas que os opunham tomado, desde muito cedo, contornos dessa natureza. Passando um dia à porta de um vidraceiro, Pedro compra um retrato de Luís XVI e Paulo um de Robespierre:

Quase que não é preciso dizer o destino dos retratos do rei e do convencional. Cada um dos pequenos pregou o seu à cabeceira da cama. Pouco durou esta situação, porque ambos faziam pirraças às pobres gravuras, que não tinham culpa de nada. Eram orelhas de burro, nomes feios, desenhos de animais, até que um dia Paulo rasgou a de Pedro, e Pedro a de Paulo. Naturalmente, vingaram-se a murro; a mãe ouviu rumor e subiu apressada. Conteve os filhos, mas já os achou arranhados e recolheu-se triste. Nunca mais acabaria aquela maldição de rivalidade? (Assis, 2008a, pp. 231-232)

A fina análise psicológica é particularmente evidente no caso dos gémeos, fisicamente tão iguais mas de feitios e com opções opostos. “Paulo era mais agressivo, Pedro mais dissimulado” (Assis, 2008a, p. 220); mas pela vida fora, mesmo quando as opções políticas que os opõem ganham uma feição mais amadurecida, vem, por vezes, ao de cima uma estranha e misteriosa cumplicidade.

Numa ocasião em que tinham brigado, a mãe separou-os, mas em vez de os castigar, deu-lhes doces e foram passear no carro do pai:

De noite, na alcova, cada um deles concluiu para si que devia os obséquios daquela tarde, o doce, os beijos e o carro, à briga que tiveram, e que outra briga podia render outro tanto ou mais. Sem palavras, como um romance ao piano, resolveram ir à cara um do outro, na primeira ocasião. Isto que devia ser um laço armado à ternura da mãe, trouxe ao coração de ambos uma sensação particular, que não era só consolo e desforra do soco recebido naquele dia, mas também satisfação de um desejo íntimo, profundo, necessário. Sem ódio, disseram ainda algumas palavras de cama a cama, riram de uma ou outra lembrança da rua, até que o sono entrou com os seus pés de lã e bico calado, e tomou conta da alcova inteira. (Assis, 2008a, p. 221)

Para impor tréguas às permanentes brigas, a mãe resolve separá-los pelo tempo dos estudos: Pedro seria médico e ficava a estudar no Rio; Paulo estudaria Direito em São Paulo. E com o afastamento e a passagem do tempo a situação resolver-se-ia. Depois casar-se-iam e iria cada um para seu lado: “Era a paz perpétua; mais tarde viria a perpétua amizade” (Assis, 2008a, p. 233).

Chegados a este ponto, lança o narrador uma nova provocação: “Eis aqui entra uma reflexão da leitora: «mas se duas velhas gravuras os levam a murro e sangue, contentar-se-ão eles com a sua esposa? Não quererão a mesma e única mulher?»” (Assis, 2008a, p. 233). Este desafio com que abre um pequeno capítulo, de apenas 22 linhas no total, é emblemático de um artifício do estilo de Machado de Assis que consiste em criar um *suspense* ao enunciar alternativas, ou seja, em criar bifurcações ao nível da metanarrativa sobre a continuidade da ação, por uma antecipação ao nível da narrativa ele aponta ao leitor momento em que a ação se encontra perante dois caminhos possíveis.

E, na verdade, os gémeos vêm a conhecer Flora, “uma pessoa, mais moça que eles, um a dois anos” (Assis, 2008a, p. 234), referida sem que nos seja dito o nome e, a fim de prolongar o *suspense*, o narrador discorre sobre a necessidade de, primeiro, fazer a apresentação dos pais. Só depois surge, enfim, a jovem:

Quem a conhecesse por esses dias, poderia compará-la a um vaso quebradiço ou à flor de uma só manhã, e teria matéria para uma doce elegia. Já então possuía os olhos grandes e claros, menos sabedores, mas dotados de um mover particular, que não era o espalhado da mãe, nem o apagado do pai, antes mavioso e pensativo, tão cheio de graça que faria amável a cara de um avarento. (Assis, 2008a, p. 238)

O Conselheiro Aires, já então aposentado, acreditava que a moça “viria a ser uma inexplicável” mas, instado a esclarecer o que entendia por isso, furtou-se, como era seu hábito, a definir-se: “Tudo está, porém, na definição que dermos a esta palavra. Talvez não haja nenhuma certa. Suponhamos uma criatura para quem não exista perfeição na terra, e julgue que a mais bela alma não passa de um ponto de vista; se tudo muda com o ponto de vista, a perfeição...” (Assis, 2008a, pp. 238-239).

Entretanto os gêmeos foram prosseguindo os estudos. Porém:

Não era tanta a política que os fizesse esquecer Flora, nem tanta Flora que os fizesse esquecer a política. Também não eram tais as duas que prejudicassem estudos e recreios. Estavam na idade em que tudo se combina sem quebra de essência de cada coisa. Lá que viessem a amar a pequena com igual força é o que se podia admitir desde já, sem ser preciso que ela os atraísse de vontade. Ao contrário, Flora ria com ambos, sem rejeitar nem aceitar especialmente nenhum; pode ser até que nem percebesse nada. (Assis, 2008a, pp. 243-244)

Os meses foram passando e “os dois gêmeos estavam ainda no ponto de falar dela nas cartas, louvá-la, descrevê-la, dizer mil coisas doces, sem ciúme” (Assis, 2008a, p. 244). Uma noite, passeando ao longo da praia, a princípio calados e depois comentando as belezas de Flora, “[...] como acabavam achando um todo harmônico, era visto que não brigavam por isso. Nenhum deles atribuía ao outro a coisa vaga ou o que quer que era que principiavam a sentir, e mais pareciam estetas que enamorados” (Assis, 2008a, p. 245). E no fim deixaram o assunto e “A imaginação os levou então ao futuro, um futuro brilhante, como ele é em tal idade” (Assis, 2008a, p. 245). “Paulo viu-se à testa de uma república [...] Pedro, à sua parte, construía a meio caminho como um palácio para a representação nacional, outro para o imperador, e via-se a si mesmo ministro e presidente do conselho” (Assis, 2008a, p. 246). Acabaram o passeio em silêncio “E logo acharam de si para si, que a lua era esplêndida, a enseada bela e a temperatura divina” (Assis, 2008a, p. 246).

Também de acordo estiveram quando se deu a abolição da escravatura: “A diferença única entre eles dizia respeito à significação da reforma, que para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início da revolução” (Assis, 2008a, p. 246).

Entretanto, neles o interesse pela jovem vai aumentando em sentido inverso ao da política:

Quando, porém, a imagem de Flora aparecia entre eles por imaginação, o debate esmorecia, mas as injúrias continuavam e até cresciam, sem confissão do novo motivo, que era ainda maior que o primeiro. Efetivamente, eles iam chegando ao ponto em que dariam as duas constituições, a republicana e a imperial, pelo amor exclusivo da moça, se tanto fosse exigido. (Assis, 2008a, p. 324)

Mas Flora, a “inexplicável”, hesita entre os dois: na presença de Pedro, lamenta a ausência de Paulo; na presença de Paulo sente a falta de Pedro. E, mais uma vez, o narrador provoca uma bifurcação virtual: “não me faltará leitora que presuma um terceiro... Um terceiro explicaria tudo” (Assis, 2008a, p. 265).

Contudo, aos olhos de Flora, os terceiros não existem e ela sente-se incapaz de decidir. Aires, que a observa sempre, com a nostalgia dos filhos que não teve, escreve um dia no seu Memorial:

Que o Diabo a entenda, se puder; eu, que sou menos que ele, não acerto de a entender nunca. Ontem parecia querer a um, hoje quis ao outro; pouco antes das despedidas, queria a ambos. Encontrei outrora desses sentimentos alternos e simultâneos; eu mesmo fui uma e outra coisa, e sempre me entendi a mim. Mas aquela menina e moça... A condição dos gêmeos explicará esta inclinação dupla; pode ser também que alguma qualidade falte a um que sobre a outro, e vice-versa; e ela, pelo gosto de ambas, não acaba de escolher de vez. (Assis, 2008a, pp. 285-286)

Com o dilema interior que a dilacera – a incapacidade de fazer uma escolha e a angústia que daí decorre – Flora materializa a concepção de personagem dotada de espessura moral que Machado de Assis preconiza nos seus textos de crítica a Eça de Queirós. Aires, e através dele o autor, afirma muito significativamente a Natividade que encontra na jovem “um sabor particular naquele contraste de uma pessoa assim, tão humana e tão fora do mundo, tão etérea e tão ambiciosa, ao mesmo tempo, de uma ambição recôndita...” (Assis, 2008a, p. 285). Os dias vão correndo e a jovem, cujo retrato traçado por Aires tem muito da languidez de uma heroína romântica, vai definhando e acaba por morrer.

Após uma trégua, selada com um aperto de mão junto à cova onde a jovem foi enterrada e com o juramento de “conciliação perpétua”, eis que os dois irmãos retomam gradualmente as desavenças e regressam ao antigo ciclo de zangas e reconciliações.

Terminados os cursos, respetivamente de médico e de advogado, conseguem ser eleitos deputados e tomam assento na Câmara, em dois partidos opostos: “Ambos apoiavam

a República, mas Paulo queria mais do que ela era, e Pedro achava que era bastante e sobeja” (Assis, 2008a, p. 363). As dissensões entre os irmãos continuam, embora disfarçadamente para não inquietar Natividade. Esta, no leito de morte, juntando-lhes as mãos direitas entre as suas, fá-los jurar que serão amigos.

O respeito pelo juramento consegue por um tempo cimentar a concórdia, de tal modo que o clima de bom entendimento entre eles suscita a incompreensão e o desgosto das bancadas respetivas que os acusam de estar a trair os eleitores. Poderá ver-se na situação descrita em *Esau e Jacó* um reflexo do ambiente político vivido no país em determinado período – e que suscitou a Machado de Assis o retrato pouco abonatório dos políticos no atrás citado conto “Teoria do medalhão” – ambiente esse de que temos eco na obra *Brasil: uma biografia* cujas autoras confirmam que, “em alguns aspetos a proximidade entre os partidos era tão grande que permitia aos contemporâneos ironizar a ausência de plataformas [...]”. Não obstante esse lado negativo, o certo é que foi possível criar no Brasil um Gabinete de Conciliação que “contou com a presença simultânea de figuras de origem liberal e conservadora” e, “Em termos práticos, a formação desse ministério representou a consolidação de uma estabilidade política jamais conhecida desde a Independência” (Cf. Schwarcz & Starling, 2015, pp. 286-287).

No romance, porém, quando em maio, após uma interrupção de vários meses, a Câmara retoma os trabalhos, os dois irmãos regressam separados sendo patente aos olhos de todos que se tinha dado uma “mudança radical e inexplicável” (Assis, 2008a, p. 369).

Um conhecido de Aires aventou que talvez a zanga resultasse de questões de herança, mas o Conselheiro, arguto observador e conhecedor dos factos, sabia, no seu íntimo, que eles “eram os mesmos, desde o útero”, preferindo “aceitar a hipótese, para evitar debate, e saiu apalmando a botoeira, onde viçava a mesma flor eterna” (Assis, 2008a, p. 370).

Da leitura do texto de Machado de Assis colhe-se o sentimento de que o autor está permanentemente a envolver o leitor, e ainda mais a leitora, num subtil jogo de escondidas, que conduz inevitavelmente àquilo a que se chama uma “leitura desconfiada”, pois é grande a probabilidade de que haja um segundo sentido oculto atrás da letra do texto, a que acresce a ambiguidade das suas posições e a incerteza em relação aos factos, às intenções e aos sentimentos que ele próprio põe constantemente em causa.

No episódio bíblico que dá nome ao romance, é claro o motivo que está na origem da luta entre os gémeos no ventre materno: a competição com o intuito de ser o primeiro a nascer, a fim de adquirir os direitos de progeneritura. E essa competição prolonga-se pela vida fora até à morte do pai, com um claro favorecimento a Jacó por parte da mãe.

Ora neste romance machadiano não se perfila o problema da primogenitura e não se vê que motivo levaria qualquer um dos gémeos a querer nascer em primeiro lugar. Não é tampouco apresentada de modo explícito qualquer razão para o clima de conflito e de cumplicidade que alternadamente reina entre eles.

Será legítimo postular a hipótese de que o autor tenha tido em mente utilizar a alegoria da luta entre gémeos para equacionar um dos temas científicos em voga?

Desde logo, ao afirmar, em relação a Flora e aos pais, que ela “era tudo o contrário deles”, Machado de Assis está a assumir significativamente uma posição que põe em causa as ideias científicas sobre a hereditariedade que na época se tinham imposto e em relação às quais o autor estará a distanciar-se.

Será que esse facto nos autoriza a “desconfiar” que no caso dos gémeos, fisicamente tão iguais mas entre os quais existe aquele ímpeto de agressividade sempre pronto a vir ao de cima, o autor questiona, sem negar abertamente, uma outra convicção científica do século XIX na área da Física: a repulsão dos corpos semelhantes e atracção dos diferentes? Ou será que, pelo contrário, neste caso ele até se dispõe a aceitar a bondade da teoria?

Recorro a Alan Freeland e ao seu livro *O leitor e a verdade oculta. Ensaio sobre Os Maias*, no qual o autor reproduz o que a respeito escreve Teófilo Braga:

Este princípio e a sua aplicação à sociedade são explicados por Teófilo Braga no seu ensaio “Sociologia”: “Entre corpos semelhantes o movimento transmite-se completamente, e manifesta-se como *repulsão*; entre corpos diferentes transmite-se desigualmente, e a menor transmissibilidade manifesta-se-nos como *agregação*. Este princípio acha-se aplicado plenamente a todos os fenómenos astronómicos, físicos, químicos e biológicos; é ele que dirige também os movimentos sociais. A repulsão entre corpos semelhantes está traduzida por Spencer com relação aos fenómenos sociais na fórmula: *Homogeneidade incoerente*, e a agregação entre corpos diferentes na *Heterogeneidade coerente*. Temos aqui os dois termos necessários de toda a oscilação de movimento na progressão social [...]” (Teófilo Braga *apud* Freeland, 1989, pp. 154-155)

É difícil saber qual a posição de Machado de Assis, devido à postura, já diversas vezes salientada ao longo desta reflexão, de pôr permanentemente em causa o que afirma e à sua marcada tendência para a ironia e para uma atitude lúdica.

Se a teoria se aplicasse ao caso dos gémeos Pedro e Paulo que, sendo fisicamente tão iguais têm feitios opostos, estaria encontrada a explicação para a oscilação dos seus estados afetivos entre a aproximação e a rejeição, ao sabor da predominância, em cada

momento, ora da fisiologia em que predomina a semelhança, ora da psicologia em que prevalece a diferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assis, M. de (2008a). *Esau e Jacó*. In *Dom Casmurro* seguido de –. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
- Assis, M. de (2008b). *O ideal do crítico* (pp. 127-128, 133). Organização de Miguel Sanches Neto. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Braga, T. (1879-1880). Sociologia. In *O Positivismo*. Vol. II (p. 417). *Apud* França, J. M. C. (1999). *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista* (p. 178). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Freeland, A. (1989). *O leitor e a verdade oculta. Ensaio sobre Os Maias* (pp. 154-155). Tradução de José Moura Carvalho. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Pinto, J. L. (1996). *Estética naturalista. Estudos críticos*. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda.
- Rosa, A. M. da (1964). *Eça, discípulo de Machado?* (pp. 231-232). Lisboa: Editorial Presença.
- Schwarcz, L. M. & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia* (pp. 286-287; 608 ss). Lisboa: Círculo de Leitores.

RESUMO

Esau e Jacó relata a vida dos gémeos Pedro e Paulo que, segundo a revelação de uma adivinha, lutaram desde o ventre materno mas aos quais o destino reserva grandes coisas futuras. A existência dos irmãos decorre entre sucessivos conflitos surgidos ao mínimo pretexto mas cedo seguidos de reconciliação. Já adultos, a rivalidade transfere-se para a esfera dos afetos e estende-se à política pois assumem campos opostos aquando da queda da Monarquia e da implantação da República. Inserindo-se na corrente realista mas já com influências simbolistas, o romance evidencia um marcado cariz psicologista na descrição do carácter e dos comportamentos das personagens, bem como reveste marcada índole irónica na descrição dos ambientes e dos hábitos sociais.

ABSTRACT

The novel *Esau e Jacó* tells of the life of twins Peter and Paul, that according to the omen of a diviner, have been fighting ever since their time in their mother's womb, but whose destiny holds great future accomplishments. The brothers' existence develops throughout successive conflicts that pop up at minimum pretext, yet that are always promptly reconciled. Their rivalry in adulthood extends to the sphere of affections and of politics, as they take opposite sides regarding the fall of monarchy and the rise of republic. Included in the realistic mood that brands the second phase of the author's work, but already with some influence of symbolism, the novel exhibits a strong psychologist approach to character description and behaviour, and a very fine irony when it comes to environment and social habits.